

Homens bons para o amanhã: pensamento racial e perspectivas republicanas em A Ilha, de Virgílio Várzea

Luiz Alberto de Souza

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

luiz_alberto82@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo analisa o livro *Santa Catarina – A Ilha*, do escritor catarinense Virgílio Várzea (1863-1941). Seu objetivo é compreender o significado político e social de algumas afirmações de cunho raciológico presentes nessa obra. Para tanto, repõem-se as idéias e opiniões de Virgílio Várzea no contexto histórico em que elas foram originalmente formuladas e emitidas. A saber, o debate público, muito recorrente no final do século XIX, acerca da viabilidade racial de uma “nação brasileira”.

Palavras-chave: Racialismo, República Velha, literatura catarinense, Virgílio Várzea.

Title: Good men for tomorrow: racial and republican thoughts in “A Ilha”, from Virgilio Várzea

Abstract: This article analyses the book *Santa Catarina – A Ilha*, written by Virgílio Várzea (1863-1941). The objective is understanding the political and social meanings behind some of his ideological and racial affirmations. To do that, author’s ideas and opinions will be restituted in the original historical context, the public debate, recurrent subject in the end of the nineteenth century, about the racial viability of a “Brazilian nation”.

Key words: Racialism, Old Republic, Santa Catarina’s literature, Virgílio Várzea.

*O racismo atravessa o pensamento de nosso período numa extensão difícil
de julgar hoje, e nem sempre fácil de compreender.*

(Eric Hobsbawm, sobre o século XIX)

No ano de 1900, quando Virgílio Várzea apresentou o seu livro *Santa Catarina – A Ilha*¹ à Comissão Comemorativa do IV Centenário do Descobrimento, as más lembranças da Revolução Federalista ainda eram vivas nas memórias dos dirigentes da República. Não gratuitamente, passados os anos, restaurada a “ordem” em Santa Catarina, as suas elites

¹ VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina – A Ilha**. Florianópolis: Lunardeli, 1984.



políticas tentavam restabelecer um discurso afinado com os objetivos do governo federal. Nesse contexto, do ponto de vista ideológico, o Estado precisava confirmar o seu engajamento no “projeto” modernizador republicano.

Editado com o apoio do governo estadual, *Santa Catarina – A Ilha* expressava bem esse esforço. O livro, que chegou a ser premiado pela Comissão Comemorativa, ao mesmo tempo que defendia um discurso favorável ao suposto caráter socialmente transformador do regime, sustentava, também, um otimismo manifesto quanto ao lugar ocupado por Santa Catarina no processo de construção de um novo Brasil. Um país vislumbrado como “moderno” e “progressista”, fiel ao parâmetro de modernidade e progresso representado, naquele momento, pelas democracias liberais dos países industrializados do Hemisfério Norte.

Neste estudo, tentaremos compreender as relações entre alguns conteúdos de *A Ilha* e o momento histórico no qual o livro foi produzido. Mais especificamente, nossa pesquisa se concentrará nas análises de Virgílio Várzea acerca do perfil étnico da população catarinense, vinculando-as, por sua vez, às expectativas políticas, sociais e ideológicas predominantes nos primeiros anos da chamada República Velha.

Concordamos com Leonardo Affonso de Miranda Pereira e Sidney Chalhoub em suas considerações a respeito do uso da literatura na pesquisa histórica.² Obras e autores são seres indissociáveis do tempo que os determinam. Partindo dessa perspectiva, admitimos que, diante de uma obra literária, um historiador não pode pensar idealisticamente. Se o fizer, se imaginar – como imaginam alguns críticos literários e de arte – que a obra transcende o mundo social dentro do qual ela foi concebida; se acreditar que o autor é, ou pode se tornar, um ser autônomo, um “criador singular” e atemporal, uma consciência que paira sobre as outras consciências; se o fizer, dizíamos, não estará cumprindo com o seu papel, não estará sendo historiador.

Ao historiador compete ignorar a “sacralidade” pretendida a certas criações humanas. Sua obrigação é a de “profaná-las”, restituí-las ao plano banal das relações sociais dentro do qual foram necessariamente concebidas. Desse modo, historicizar um texto literário, quer seja ele ficcional ou não, significa tratá-lo como qualquer outra fonte deve ser tratada. Significa percebê-lo como testemunho de uma época e, por isso, como algo passível de ser inquirido e de fornecer certos dados acerca do processo histórico que o objetivou.

² CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). **A história contada**: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 7-13.



Será, portanto, com esse olhar sacrílego que nos voltaremos ao texto *Santa Catarina – A Ilha*. O que buscaremos neste espaço será entender história e literatura refazendo o contato entre ambas. Nesse sentido, nossa estratégia será recolocar Virgílio Várzea e *A Ilha* no contexto de algumas das principais controvérsias que caracterizaram a sociedade brasileira no final do século XIX e início do século XX. Época em que, ao lado do esforço de muitos políticos e intelectuais para afirmarem publicamente o Brasil como um país viável enquanto nação moderna, influía também, entre esses mesmos grupos, uma série de “teorias científicas deterministas que buscavam estabelecer diferenças ontológicas entre as raças, e consideravam a miscigenação como fator de potencial ‘fracasso e degeneração’ de uma nação”.³

A idéia de “nação” foi algo que ocupou muitas cabeças ao longo do século XIX. Sobretudo, e talvez em maior conta, aquelas mais diretamente envolvidas nos processos de modernização da ordem política em seus próprios países. Nesse âmbito, ao lado dos esforços pela criação ou reestruturação dos seus Estados como entidades políticas formalmente autônomas, diferenciadas, centralizadas e internamente coordenadas, os grupos responsáveis pelos processos de consolidação dos Estados nacionais durante o século XIX também se empenharam no desenvolvimento daquilo que eles chamaram “consciência nacional”.⁴

Para esses grupos, a consciência nacional seria um elemento basilar dentro do novo projeto de organização política. Apenas ela poderia garantir, por parte das diversas coletividades guarnecidas pelo Estado, as suas efetivas participações e os seus reais compromissos com a nova ordem institucional formada. Assim, a despeito de todas as diferenças que por ventura marcassem cada uma das populações sob a autoridade do Estado, “a nação” precisava ser homogênea, íntegra em sua auto-imagem.⁵

Desse modo, com os processos de fundação e reorganização dos Estados nacionais, substituiu-se progressivamente a pessoa singular pelo cidadão anônimo; a comunidade concreta, pela coletividade abstrata denominada “nação” ou “pátria”.⁶ Unida espacialmente pelas estradas de ferro, portos e linhas telegráficas, a nação se caracterizava, em sua dimensão simbólica, pela integralidade identitária. Foi em nome desses princípios que, naquele tempo, em diferentes partes do mundo, populações que até então haviam guiado suas vidas segundo

³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Questão racial no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Letícia Vidor de Souza (org.). **Negras imagens**. São Paulo: Edusp, Estação Ciência, 1996. p. 160.

⁴ REIS, Elisa P. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. I, n. 2, 1988. p. 187.

⁵ REIS, *op. cit.*, p. 185.

⁶ OLIVEIRA, Lucia Lippi. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do Descobrimento. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000. p. 183.



valores fundamentalmente tradicionais, bem como limitado as suas relações de solidariedade dentro de um âmbito estritamente local ou regional, começaram a ter seus modos de existência questionados ou mesmo destruídos pela atuação de seus próprios governos.⁷

Mas, na prática, como efetivar essas mudanças? Como infundir esses novos valores? Como construir essas novas redes de solidariedade? Em suma, como elaborar uma identidade nacional una, homogeneizada, e apresentá-la como o “verdadeiro” rosto de todo um povo, apesar de todas as suas contradições e complexidades intrínsecas? Segundo Lucia Lippi Oliveira,

Na construção da nação moderna, em que se procurou integrar territorial, regional e socialmente “partes” diferentes, em que se buscou obter a “comunidade de sentimentos” de que fala Benedict Anderson, recorreu-se a antigas tradições, reais ou inventadas, lançando-se mão tanto de fatos históricos quanto de episódios acontecidos em tempos imemoriais. Tudo isso para estabelecer, para definir, o quê e quem fazia ou não parte de um todo chamado nação⁸.

Grandes solenidades cívicas, criação de símbolos pátrios, instauração de feriados, comemorações oficiais das mais diversas... A manipulação da memória histórica foi (e ainda é) um dos mais eficientes artifícios para a construção de uma sensação coletiva de pertencimento a uma certa comunidade nacional. No século XIX, muitos governos, seguindo essa estratégia, aproveitaram os marcos centenários da história oficial de seus países para afirmar, ou reafirmar, aquela tão desejada solidariedade ampla a que designavam “consciência nacional”.

O final do século XIX foi particularmente fecundo no que diz respeito a grandes celebrações de marcos centenários. Em 1876, os Estados Unidos comemoram a sua revolução. Poucos anos depois, em 1889, os franceses festejaram a sua. Na Península Ibérica, saudaram-se aniversários mais antigos, multisseculares. Em 1892, a Espanha exaltou os quatro séculos da viagem de Cristóvão Colombo, e, em 1898, Portugal comemorou a “epopéia” de Vasco da Gama. No Brasil, o IV Centenário do Descobrimento foi a oportunidade da jovem República para erigir e projetar a sua própria idéia de nação.⁹

Em 1900, o Brasil finalmente começava a dar sinais de estabilização política e econômica. Se nos cenários regionais, no interior dos partidos republicanos, as oligarquias permaneciam em disputa pela hegemonia política de seus Estados, no âmbito nacional, a

⁷ *Idem.*

⁸ *Idem.*

⁹ OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 186.



chamada “política dos governadores” se consolidava, viabilizando – aos poucos e a seu modo – o sistema presidencialista no país.¹⁰

Contudo, após dez anos de graves turbulências políticas e sérias crises financeiras, a angústia provocada pela queda da bolsa em 1892, a tensão acirrada pelas sucessivas agressões aos direitos constitucionais – levadas a cabo por Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto – ou o cheiro da pólvora de Canudos ainda eram lembranças muito nítidas na memória recente do país. Sobretudo na daqueles intelectuais que, imbuídos de uma série de idéias importadas da Europa, ansiavam por um Brasil “moderno” e “progressista”, em oposição ao país “arcaico” e “retrógrado” dos tempos do Império.¹¹

Segundo Thomas Skidmore, no final do século XIX e início do XX, era comum entre os intelectuais interessados na questão da “identidade nacional” avaliar-se o perfil de uma nação a partir de três critérios principais: 1) o grau de originalidade da sua literatura; 2) a estabilidade das suas instituições políticas; e 3) o nível de desenvolvimento da sua economia. Ora, as elites intelectuais brasileiras, imbuídas desses pressupostos, miravam a realidade concreta da República e traçavam o retrato de uma nação malsucedida em cada um desses aspectos.¹² Tomando a Europa Ocidental como seu ponto de referência, o Brasil, para esses pensadores, ainda estava muito aquém de se tornar um país moderno e progressista como lhes parecia ser a “industrial” Inglaterra, a “cultura” Alemanha ou a “civilizada” França.

De acordo com muitos críticos de renome na época, a literatura brasileira ainda era uma mera cópia daquilo que se produzia nos “países cultos”. Nosso “espírito”, diziam, carecia de vigor e estilo próprios.¹³ Do mesmo modo, no que tangia às áreas da política e da economia, os turbulentos anos 1890 haviam sido mais do que eloquentes na confirmação de que, tanto uma como a outra, estavam ainda muito longe do ideal europeu de civilidade e progresso.¹⁴

Sem embargo, por mais diversificadas que fossem essas críticas, no conjunto de suas argumentações, quase sempre possuíam um ponto de partida comum: a crença de que na base de cada um desses supostos atrasos ou fracassos estivesse o “problema” da constituição étnica do povo brasileiro. A marcada predominância entre os nossos intelectuais das idéias deterministas oriundas do pensamento científico europeu, sobretudo das teses racialistas e

¹⁰ SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 100-101.

¹¹ *Ibidem*, p. 95-96.

¹² *Idem*.

¹³ Mais sobre essas críticas, em especial as elaboradas por Sílvio Romero, ver LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. São Paulo: Pioneira, 1976. p. 178-194.

¹⁴ SKIDMORE, *op. cit.*, 102-104.



social-darwinistas de autores como Spencer, Gobineau ou Le Bon,¹⁵ fazia grande parte da “elite ilustrada” brasileira imaginar que fosse a “mestiçagem” o principal obstáculo ao pleno desenvolvimento do país.¹⁶

Segundo essas teorias, a humanidade seria dividida em diferentes grupos raciais, e o distanciamento biológico entre esses grupos se apresentaria tão grande quanto aquele que divide as diversas espécies animais entre si. Portanto, segundo os ideólogos do racismo científico, o cruzamento inter-racial seria sempre “fator de desequilíbrio e degeneração”¹⁷.

Além disso, hierarquizando as raças humanas, essas teorias invariavelmente afirmavam a superioridade do “tipo branco” ou “ariano” frente a todos os outros grupos étnicos. Tal idéia se justificaria pelo “fato” de que somente o branco europeu teria sido capaz de desenvolver uma “cultura superior”, possibilitando-o, inclusive, de submeter quase todos os povos não arianos à sua autoridade moral, política, econômica e militar. Situação bem testemunhada, no século XIX, pelo domínio imperial de diversas nações européias sobre a África, Ásia e Oceania.¹⁸

Desse modo, o “caráter racial” brasileiro tornou-se um dos principais temas debatidos na ocasião do IV Centenário do Descobrimento. Para a maioria dos intelectuais envolvidos naquele episódio, avaliar se no transcurso da história do país, com o cruzamento do índio com o branco e o negro, o elemento europeu teria sido (ou poderia vir a ser) o elemento predominante era um problema dos mais graves.¹⁹ Talvez até mesmo definidor do “futuro pátrio”.

Conforme os desdobramentos lógicos dos pressupostos racialistas daqueles pensadores, a resposta para o “problema da raça” implicava também afirmar se o país estaria ou não fadado a desenvolver uma genuína “civilização”. O que, por conseguinte, implicava dizer se posteriormente o país estaria condenado, ou não, ao domínio e à assimilação por povos biologicamente superiores e culturalmente mais evoluídos. Portanto, caracterizar a nossa raça significava admitir implicitamente a possibilidade de sermos ou não viáveis como povo e país. Implicava dizer se, algum dia, nos tornaríamos uma nação moderna, tal como as

¹⁵ Herbert Spencer (1820-1903): filósofo positivista inglês, admirador da obra de Charles Darwin e um dos pais do chamado “darwinismo-social”. Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882): diplomata, escritor e filósofo francês, foi um dos mais importantes teóricos do racismo “científico” no século XIX. Gustave Le Bon (1841-1931): psicólogo francês, adepto da chamada “psicologia social”, afirmava serem as características da raça o que determinava as ações dos indivíduos.

¹⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 43-66.

¹⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Questão racial no Brasil. In: SCHWARCZ; REIS, *op. cit.*, p. 161.

¹⁸ HOBBSBAMM, Eric J. **A era do capital (1848-1875)**. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 368-372.

¹⁹ OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 189.



“admiráveis” democracias liberais da Europa Ocidental; ou se, ao contrário, sucumbiríamos frente a elegantes exércitos de conquistadores louros e educados, tal como os “toscos” reinos da África ou os “bizarros” povos do Oriente.

As respostas para esse impasse, no entanto, tendiam a ser as mais pessimistas possíveis. Não eram poucas as opiniões negativas acerca das possibilidades de o Brasil vir a tornar-se um país verdadeiramente “civilizado”. As sumidades européias, os autores mais reverenciados pelos nossos eruditos em matéria de “raça” e “ciência”, eram categóricos com relação ao nosso porvir: o Brasil estava condenado à degradação e à selvageria devido à mestiçagem de seu povo e/ou a tropicalidade de seu clima.²⁰

Um desses “profetas” foi o historiador inglês Henry Thomas Buckle, que, em seu livro *História da civilização da Inglaterra*, enunciou uma filosofia do determinismo climático em que faz algumas considerações a respeito do Brasil. De acordo com esse autor, o nativo brasileiro havia sido derrotado pelo meio físico dos trópicos. Incapaz de lutar contra a natureza descomunalmente hostil e selvagem do clima, vegetação e topografia de seu país, o homem do Brasil estava fadado à debilidade física e intelectual.²¹ Resultado natural de uma terra inapta para a civilidade.

Malgrado as perturbadoras previsões do determinismo climático, foram os teóricos da raça que mais perturbaram os nossos intelectuais. Buckle escreveu sobre o Brasil, mas jamais esteve aqui. Não havia visto nossos rios, nossas florestas; nunca se pôs a conversar com algum mulato na Rua do Ouvidor, nem testemunhou o nosso Carnaval. Tudo o que sabia sobre nós, o inglês apenas leu em livros, em relatos de viagens. O mesmo já não se aplicava a Gobineau, autor do influente *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*. O filósofo francês andou pelo Brasil conferindo, *in loco*, a validade das suas opiniões sobre os males da miscigenação. Segundo ele, que esteve no país como diplomata entre 1869 e 1870²²,

[...] nem um só brasileiro tem sangue puro porque os exemplos de casamentos entre brancos, índios e negros são tão disseminados que as nuances de cor são infinitas, causando uma degeneração do tipo mais deprimente tanto nas classes mais baixas como nas superiores²³.

Para Gobineau, a população brasileira, “manchada pela miscigenação”, estaria condenada à progressiva “degenerescência” biológica. Feios, doentes e infecundos, os

²⁰ SKIDMORE, *op. cit.*, p. 43-45.

²¹ *Idem.*

²² SKIDMORE, *op. cit.*, p. 43-45.

²³ Le comte de Gobineau au Brésil, p. 483-98. *Apud*: SKIDMORE, *op. cit.*, p. 46.



brasileiros mestiços não teriam outro fim senão o desaparecimento. Diante dessa “realidade”, o governo brasileiro só teria uma alternativa: povoar o país com imigrantes brancos da Europa. “Então, a raça renasceria, a saúde pública melhoraria, o temperamento moral seria revigorado, e as melhores mudanças possíveis se operariam na condição desse admirável país.”²⁴

As opiniões de Gobineau, testemunha ocular de nossa “tragédia”, bem como as de outros autores racialistas, impressionavam negativamente muitos pensadores brasileiros interessados em compreender a realidade social de seu próprio país. Skidmore chega mesmo a dizer que, naquele contexto ideológico, um intelectual desse tipo “difícilmente conseguiria escapar a essa visão pessimista do Brasil”.²⁵

Apreciador das coisas da Europa, cultivador de posicionamentos políticos e ideológicos considerados “progressistas” à época, Virgílio Várzea – assim como a maioria dos letrados brasileiros do final do século XIX – não se encontrava alheio nem às polêmicas acerca do nosso caráter racial, nem às principais teorias “científicas” que davam sustentação a esses debates.

Várzea nasceu no ano de 1863, em Nossa Senhora do Desterro, capital da então província de Santa Catarina.²⁶ Filho de um capitão de longo curso, a condição socioeconômica de sua família possibilitou-lhe, desde cedo, o acesso a uma sólida educação formal. Adolescente, após a sua formação básica na província, Várzea frequentou o Colégio Naval do Rio de Janeiro, instituição que abandonou aos 16 anos para se integrar (como prático) à tripulação de um navio mercante espanhol. Seu retorno à cidade natal se deu dois anos depois, em 1881, ocasião em que, ao lado de Cruz e Souza²⁷, fez sua estréia como escritor no pequeno jornal literário *Colombo*.

No entanto, a despeito de todas as suas possíveis experiências de infância e primeira juventude, o que de fato parece central no processo de formação do intelectual Virgílio Várzea foi o impacto do seu encontro com Francisco Luís da Gama Rosa²⁸. Contato que marcou profundamente as convicções estéticas e filosóficas do futuro autor de *A Ilha*.

²⁴ *Idem*.

²⁵ *Ibidem*, p. 45.

²⁶ Para os nossos comentários a respeito da vida e obra de Virgílio Várzea, nos baseamos em duas referências: SACHET, Celestino. **A literatura de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1979 e SOUZA, Silveira de; CARDOZO, Flávio José. **Virgílio Várzea**. Florianópolis: FCC, 1990.

²⁷ João da Cruz e Sousa (1861-1898): jornalista e poeta brasileiro, considerado um dos introdutores do simbolismo no Brasil.

²⁸ Francisco Luís da Gama Rosa Júnior (1852-1918): médico, político e historiador brasileiro, foi presidente da província de Santa Catarina entre 1883 e 1884.



Gama Rosa foi nomeado presidente da província de Santa Catarina no ano de 1883. Médico precedido pela fama de “homem de sciencia”, logo que chegou a Desterro fez-se confirmar como perito em assuntos tão diversos quanto sociologia, política, literatura e biologia.²⁹ Virgílio Várzea, ao lado de outros jovens escritores desterrenses³⁰, acabou se aproximando do novo presidente, por quem nutriu uma profunda admiração.

[...] o Dr. Gama Rosa era um espírito superior [...], um “originalão”, segundo se costuma dizer. Encontrando-se em Santa Catarina aquele grupo de literatos revéis, Gama simpatizou com eles, chamando Virgílio Várzea para ser oficial de gabinete. Afinal de contas, a passagem desse homem pelo governo daquele tornou-se menos célebre pelos seus atos de administrador do que pelo fato de instituir-se ele como um Sócrates entre esses moços, dando-lhes orientação filosófica, científica e estética um tanto *sui generis*, de acordo com a singularidade do seu espírito, mas em linha geral dentro dos cânones do Evolucionismo, sobretudo do Naturalismo português.³¹

Trabalhando ao lado de Gama Rosa em seu gabinete, freqüentando saraus em sua casa, ouvindo-o palestrar nas reuniões no Palácio, Virgílio Várzea tomou contato com vagas noções do pensamento de Haeckel³², Spencer e Comte³³. Ao mesmo tempo, também pôde ter em mãos exemplares de autores como Zolà ou Daudet³⁴, inteirando-se, assim, das chamadas “vanguardas literárias” européias.

Dentro de suas malas, o novo presidente havia trazido uma série de “ismos” que impressionaram profundamente os jovens intelectuais formados ao seu redor. Empolgados com as propostas do naturalismo, do parnasianismo e do positivismo, não demorou muito para que Várzea e seus companheiros constituíssem um grupo literário inspirado nessas perspectivas filosóficas e estéticas: o Idéia Nova.

O grupo Idéia Nova se apresentava como uma espécie de posto avançado da modernidade intelectual em Desterro. Seus inimigos locais eram os defensores das

²⁹ PICOLLI, Fabrícia. **Personagens de um tempo, idéias (novas) de uma época**: trajetória e produção literária do grupo Idéia Nova em Desterro na Década de 1880. Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. p. 75.

³⁰ O grupo de jovens escritores que se formou ao redor de Gama Rosa era composto basicamente por Virgílio Várzea, Cruz e Souza, Santos Lostada, Horácio de Carvalho e Araújo Figueiredo. SOUZA; CARDOZO, *op. cit.*, p. 9.

³¹ A obra inédita de Carlos Faria e a guerrilha literária em Santa Catarina, p. 41 e seg. *Apud*: PICOLLI, *op. cit.*, p. 73.

³² Ernest Heinrich Philipp August Haeckel (1834-1919): naturalista alemão, um dos grandes divulgadores das idéias de Charles Darwin no século XIX.

³³ Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (1798-1857): pensador francês, criador do positivismo como doutrina filosófica.

³⁴ Émile Zolà (1840-1902): jornalista e escritor francês, considerado o criador da escola literária naturalista. Alphonse Daudet (1840-1897): romancista, poeta e dramaturgo francês, situa-se, ao lado de Zolà, como um dos grandes representantes do naturalismo na França.



“retrógradas” perspectivas românticas, ainda predominantes entre a intelectualidade da província. Espécie de “paladinos dos novos tempos”, sua estréia se deu em 1884, no jornal *A Regeneração*, e foi marcada pelo tom militante e combativo do poema-manifesto *Alerta!*, do moço Virgílio Várzea.

Alerta, meu amigo – E vamos batalhar
A’ luz da Idéia Nova: A’ linha da vanguarda!
O forte alexandrino façamos rebrilhar,
Valentes derrubemos a douda e velha Guarda.

Alerta! Que já oiço o toque do clarim,
Alegre, tão vermelho como é uma alvorada!
E tenho as minhas armas mais brancas que o marfim
E o pulso inda mais rijo que a folha d’uma espada.

Batamos fortemente o velho romantismo,
Que o sec’clo é puramente de evolucionismo,
De Harttman, de Spencer, Zola e Letorneau.

Batamos rijamente os tontos pessimistas,
Que o sec’clo é de gigantes, d’assombros e conquistas
E não de Augusto Comte, de Dumas ou Hugo.³⁵

O Idéia Nova, contudo, não durou muito. Menos de um ano depois da publicação de *Alerta!*, Virgílio Várzea e seus companheiros passaram cada qual a seguir suas carreiras isoladamente. Em 1891, Várzea partiu mais uma vez para o Rio de Janeiro, onde atuou como jornalista e colaborador em diversos periódicos. Nessa época, já havia deixado de lado a poesia e se dedicava com maior diligência aos contos e às novelas, gêneros nos quais acabaria finalmente se consolidando como escritor.

Apesar de a maior parte de sua obra publicada ser composta por textos de ficção, *Santa Catarina – A Ilha* representa uma importante ressalva entre os seus livros mais conhecidos. Nesse escrito, Virgílio Várzea ambiciona forjar uma espécie de síntese histórica, geográfica e antropológica de sua terra natal. Para tanto, sustenta suas análises numa cultura rigorosamente eurocêntrica e supostamente científica. Essa característica, por sua vez, faz com que *A Ilha* reproduza exemplarmente uma postura muito peculiar à média intelectualidade brasileira da época. A saber, o amplo uso de um instrumental teórico determinista e absolutizante. Ferramentas de reflexão importadas acriticamente do pensamento europeu, e completamente alheias à realidade social e histórica que Várzea pretendia exprimir em seu ensaio.

³⁵ Jornal *A Regeneração*. 10 jan. 1884. *Apud*: SOUZA; CARDOZO, *op. cit.*, p. 15.



Esse olhar “estranho” e “externo” que Virgílio Várzea volta ao seu próprio meio em *A Ilha* evidencia-se com maior nitidez ao longo da sua reflexão antropológica e etnológica. Fundamentando suas análises em obras como *As raças humanas*, do português Oliveira Martins, ou *L'uomo delinquente e L'uomo di genio*, do italiano Cesare Lombroso³⁶, Várzea expõe claramente as suas inspirações deterministas e, em especial, raciológicas. Mas mais do que isso, ao utilizá-las, Várzea explicita o seu profundo apego a esses pressupostos teóricos, bem como a sua grande admiração e respeito por alguns dos seus mais eminentes vulgarizadores.

Virgílio Várzea tece freqüentes elogios a alguns intelectuais sobre os quais teria se apoiado para desenvolver o seu estudo do “homem catarinense”. É o caso, por exemplo, da classificação de “admiráveis”³⁷ que o autor faz dos trabalhos de Lombroso. Ou do tributo às idéias de Martins, a quem inicialmente chama de “notável pensador português”, para, em seguida, admitir que a elaboração de *A Ilha* deveu muito a algumas de suas obras.³⁸

E de fato parece dever. Dentre as citações presentes no livro, as mais recorrentes são, de longe, as do português. Virgílio Várzea dispõe de fragmentos da obra de Oliveira Martins para discorrer sobre temas tão diversos quanto a tipificação psicológica do povo ilhéu ou a organização econômica do estado. Não obstante, em meio a essa diversidade, uma citação especificamente nos parece digna de referência. Se não pelo seu brilhantismo, ao menos pela sua capacidade de esclarecer-nos até que ponto o autor catarinense esteve em concordância com os pressupostos racialistas de sua época.

No capítulo intitulado “A vida rural”, ao dissertar sobre as carroças utilizadas pelos camponeses do interior de Desterro, Virgílio Várzea recorre a um trecho do livro *Regime das riquezas*. Nele, Oliveira Martins escreve:

Olhe qualquer para trás: meça o tempo, meça o progresso. Como as conquistas se multiplicam rápidas, à maneira que a idades remotas se estendem no passado em horizontes inapercebíveis. São doze as espécies ou raças naturais humanas? São doze os momentos sucessivos, evolutivos, de criação de homens até se chegar ao Mediterrâneo? Em torno do Mediterrâneo há ainda caucásios e bascos, há semitas – afinal indo-europeus: pois bem, tantos estados sucessivos da mente humana, tantos graus de gente,

³⁶ Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894): político e pensador social português, defendia teses deterministas raciais como a superioridade do homem branco e a inaptidão dos negros e índios para o progresso. Cesare Lombroso (1835-1909): médico e cientista italiano, principal expoente da “antropologia criminal”, “ciência” determinista que dizia ser o comportamento desviante ou anti-social um fenômeno com causas físicas e hereditárias.

³⁷ VÁRZEA, *op. cit.*, p. 55.

³⁸ *Ibidem*, p. 219.



tantos tempos incontáveis foram necessários para inventar esta coisa vulgar e simples a que se chama roda.

Não faltou quem utilizasse os animais como veículos: só a gente branca soube jungi-los, pôr o estrado sobre o eixo, pôr nas extremidades do eixo roda – e inventar o carro. Outros não passaram do trenó. [...] Outros não foram além da cavalgada, besta de carga³⁹.

Não bastasse a eloquência da própria citação, é a seguir, no seu comentário, que Virgílio Várzea põe a nu a sua convicção pessoal:

Por este trecho do eminente pensador português vê-se quanto custou a inventar essa coisa hoje insignificante, que se chama o carro de boi. *Fica-se conhecendo por aí que só a raça ariana – a raça superior entre todas – pôde levar a cabo, em um dado período do seu adiantamento, a confecção; e que este caracterizou para logo o primeiro momento da circulação das riquezas [...]*⁴⁰ [grifo nosso].

Em *A Ilha*, contudo, Virgílio Várzea não se limita à simples apreciação teórica dessas idéias. É o que demonstram, por exemplo, as suas descrições do “tipo catarinense”. Exames profundamente marcados não só pela crença “racialista” na existência de “um conjunto de características hereditárias, compartilhadas por certos membros da espécie humana, que nos permitiriam distribuí-los num número restrito de grupos raciais”⁴¹; mas, sobretudo, pelo posicionamento “racista”, que dispõe esses grupos numa escala hierárquica, em que uma raça em específico se sobressai com relação às outras devido às suas características “superiores”; quer sejam elas morais, físicas, intelectuais ou psicológicas.

Segundo a análise de Virgílio Várzea, Santa Catarina possui uma população constituída basicamente por europeus ou descendentes de europeus. Para o autor, na composição étnica do estado, “não há quase cruzamento, sendo raro encontrar, entre ela, o tipo indígena do norte do Brasil ou o traço fisiológico do negro, que ali não prevaleceu senão insignificadamente, em pequeno número de mestiços”⁴². Ademais, “o povo catarinense descende em sua quase totalidade de ilhéus açorianos e madeirenses, principalmente dos primeiros, de quem herdou o caráter humilde e bom, as excelentes qualidades morais, a índole trabalhadora”⁴³.

³⁹ VÁRZEA, *op. cit.*, p. 199.

⁴⁰ *Idem.*

⁴¹ APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. p. 33-36.

⁴² VÁRZEA, *op. cit.*, p. 19.

⁴³ *Idem.*



Não bastasse a menção aos virtuosos traços de caráter e boas inclinações morais herdadas “naturalmente” dos seus ancestrais açorianos, Várzea segue descrevendo uma série de outras qualidades fisiológicas, psíquicas e até mesmo estéticas, que confirmariam os representantes do “tipo catarinense” como autênticos legatários de uma raça forte e admirável.

Assim, se os habitantes de Santa Catarina possuem uma “estrutura física musculosa e ossuda, admiravelmente resistente às intempéries e doenças”⁴⁴, ou se as mulheres catarinenses são consideradas bonitas, tudo isso se explica pela genética privilegiada de seus antepassados europeus⁴⁵. Do mesmo modo, os argumentos biologizantes valem ainda para compreendermos a suposta “aptidão marítima”⁴⁶ do homem do litoral; ou então para explicar as sutilezas da “alma” catarinense, tão marcada, como nos informa o autor, pela profunda piedade religiosa.

Nesse último ponto, aliás, é interessante observar a ligação que Virgílio Várzea estabelece entre catarinenses e britânicos por intermédio da insinuação de uma “ancestralidade comum” entre uns e outros.

E nisto está uma das feições mais íntimas da alma catarinense, cujo filão de ternura mística e velha poesia lendária, vindo de remota origem céltica, a torna em mais de uma de suas manifestações características semelhante por vezes a essa bela raça bretã, que deu os primeiros navegadores do Atlântico e do mundo, e esses inspirados sacerdotes druidas que amavam os animais e as paisagens numa vaga sentimentalidade panteística pela Natureza. [...] Esse antigo e doce atavismo, onde viçou para logo a flor divina da crença cristã, recebeu-o o barriga-verde [catarinense] pelo sangue português primitivo, foi conservado nos ilhéus açorianos pelo meio próprio que achara e transportado depois para o litoral catarinense [...].⁴⁷

Reiterada a perfeição do tipo humano que serviu de matriz ao “homem catarinense”, Virgílio Várzea nos lembra ainda um outro detalhe importantíssimo na formação racial dos habitantes do estado: a presença dos imigrantes italianos e alemães. Grupos que, além de colaborar para o enriquecimento do “sangue”, estariam contribuindo para o progresso material de Santa Catarina.⁴⁸

No mais, ante essa “feliz” composição de boas etnias, todas elas brancas e cheias de virtudes “atávicas”, Virgílio Várzea conclui: “o povo catarinense é essencialmente ariano”⁴⁹.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 20.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 29.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 22.

⁴⁷ VÁRZEA, *op. cit.*, p. 74.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 177.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 22.



E, mais adiante, anuncia a contribuição histórico-biológica do seu povo: o catarinense é o germe de “um novo tipo brasileiro interessante, superior e perfeito...”⁵⁰.

Segundo a visão de muitos intelectuais interessados no processo de modernização política do Brasil, com a Proclamação da República, em 1889, havíamos instaurado um Estado moderno no país, contudo, apesar da nova ordem institucional, faltava-nos ainda o mais importante: sermos uma “nação”.⁵¹ Aos olhos desses observadores, o Brasil não possuiria um povo capaz de atuação política consciente e organizada. Sua concepção de “nação”, “povo político”, tinha como referência aquilo que eles julgavam existir na Europa Ocidental ou nos Estados Unidos. Lugares onde, supostamente, os cidadãos, reunidos em partidos, clubes ou sindicatos, atuavam plenamente no cenário das decisões nacionais.⁵² No Brasil, em contrapartida, a parcela da população apta a uma performance política próxima àquele modelo era ínfima.

Constituída fundamentalmente por sertanejos e caboclos analfabetos – e, por essa característica, impossibilitados de exercer o direito de voto –, o número de eleitores era insignificante em relação ao número total da população brasileira.⁵³ Havia muita “gente”, mas quase nenhum “povo” no sentido que os ilustrados julgavam necessário existir para se compor uma verdadeira nacionalidade. Além disso, plural étnica e culturalmente, formada em sua maioria por mestiços, negros e indígenas, a “gente” brasileira resistia à idéia de unidade nacional incrustada nas cabeças das nossas elites. Nossa multiplicidade de cores, credos, jeitos e falas conspirava contra a idéia de homogeneidade cultural e uniformidade racial que o conceito de “nação” lhes parecia exigir.⁵⁴

Não obstante a multiplicidade cultural e étnica, existia ainda o parecer dos “homens de ciencia”. Os sábios que, munidos de toda a sua autoridade de ratificadores da verdade, não hesitavam em denunciar a profunda infelicidade da nossa mistura. Segundo os “gobineaus” do século XIX, éramos formados basicamente por tipos e raças comprovadamente incapazes de erigir uma cultura superior. Em meio a essa condição, a probabilidade de algum dia, sobre esse material humano, conseguirmos sustentar uma nação realmente civilizada era praticamente inexistente. Muitos pensadores, no entanto, não acreditavam na inevitabilidade

⁵⁰ *Idem.*

⁵¹ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 82-83.

⁵² CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. **Revista USP**, São Paulo, n. 59, set./nov. 2003. p. 110-112.

⁵³ *Idem.*

⁵⁴ MUNANGA, Kabengele. Mestiçagem e experiências interculturais no Brasil. In: SCHWARCZ; REIS, *op. cit.*, p. 180-181.



da nossa derrota. Para esses, com a interferência direta do Estado, estimulando a imigração européia, por exemplo, seria possível recuperar a população brasileira. O determinismo biológico, a desgraça do nosso sangue impuro e que nos fazia assim rudes, indolentes e obtusos, poderia ser driblado por meio do branqueamento, da “arianização” do país.

Foi dentro desse contexto ideológico, no qual a superação da nossa suposta inferioridade racial era vista como uma condição essencial para formarmos um povo capaz de progresso e civilidade, que o branqueamento da população brasileira se tornou um dos problemas políticos mais relevantes dos primeiros anos da República. Sob esse prisma, o empenho de Virgílio Várzea em afirmar, na literatura, a arianidade do “povo catarinense”, surge-nos como indissociável do seu esforço para confirmar, como homem público e intelectual engajado, o comprometimento do estado de Santa Catarina com as causas do regime.

Assim, mais do que a expressão de um ponto de vista individual e íntimo do autor, a construção dessa realidade antropológica corresponde à satisfação de uma expectativa política própria àqueles grupos no poder em 1900. A defesa da arianidade catarinense em *A Ilha* significa também a defesa, ante os representantes da República, do valor e da viabilidade de Santa Catarina dentro do grande esforço de construção de um país moderno, civilizado e progressista. Ideais estes supostamente encarnados pelo regime que se implantava desde 1889.

É lendo *Santa Catarina – A Ilha* por esse viés que se compreende melhor certas afirmações e posicionamentos de Virgílio Várzea no que tange à caracterização da população catarinense. Seu arianismo, menos que a simples consequência de uma determinada formação intelectual, surge-nos como a afirmação de um certo comprometimento político. Aspecto de seu texto que só se torna claramente apreciável, ao leitor do presente, quando (re)inserimos literatura e literato – conforme a feliz expressão de Pereira e Chalhoub – “na arena das polêmicas e conflitos de sua contemporaneidade”⁵⁵.

⁵⁵ CHALHOUB; PEREIRA (org.), *op. cit.*, p. 9.

